

Uma oportunidade para regular a IA

Na semana em que Dario Amadei, da Anthropic, Sam Altman, da OpenAI, Elon Musk da xAI, alertaram para os riscos para a humanidade envolvidos no progresso desregulado da IA, apelando a uma pausa, realizou-se o Fórum Global sobre Ética da Inteligência Artificial, da UNESCO.

Podemos dizer que não foi o primeiro alerta que estas empresas tecnológicas e os seus responsáveis lançaram. De facto, é já mesmo o quarto e de todas as vezes, tal como hoje, as razões invocadas – os graves riscos de segurança impõem a necessidade urgente de desacelerar o ritmo do seu desenvolvimento – são apenas a versão pública de uma pretensa sensibilidade social para as reais dificuldades técnicas com impacto económico negativo por que estão a passar. Actualmente é manifesta a crise de infraestrutura que está a atrofiar o crescimento destas empresas, o que se refere não apenas à escassez de chips, mas também a limitações físicas, como o acesso à rede elétrica (energia), a refrigeração dos centros de dados e a capacidade de interconexão entre servidores. Assim sendo, as razões de natureza ética podem estar a ser utilizadas não pela pertinência que em si mesmas têm, mas como estratégia para uma pausa mais “técnica” do que “ética”, ditada pela competitividade e não pela prudência.

Talvez por isso, aquelas afirmações se mantiveram ausentes do Fórum, o qual decorreu de acordo com o seu mote “Transformar a Cooperação Global para uma Governança Ética da IA”. A este subjaz o que, simultaneamente, se ergue como temática crucial: a regulação da inovação da IA, a qual permaneceu influente ao longo deste Fórum Global.

A questão da regulação não é nova... E permitam-me que, de uma forma muito simplista, invoque muitos anos de intervenção pública neste domínio. A audiência é quase invariavelmente constituída por um segmento relevante daqueles que exigem mais regulamentação para um domínio cujo progresso acarreta muita incerteza e, ao mesmo tempo, muitos riscos; presente está sempre também um outro segmento do público, não menos relevante, que irrompe com reivindicações de menos regulamentação e invariavelmente com o argumento bafiento de que os “Estados Unidos inovam, a China copia, e a Europa regula”. Ora, a China copia cada vez menos, os Estados Unidos anunciam muito mais do que produzem e a Europa atrasou artificialmente a regulamentação trocando a ambição de uma regulamentação paradigmática para se perfilar como permeável a pressões exteriores, mais de uma nova geopolítica mundial do que de lóbis europeus. E, todavia, a regulação não tem de obstaculizar a inovação e certamente não o deve; a sua finalidade é orientar o progresso técnico-científico no sentido de garantir o desenvolvimento das sociedades, prevenindo que o progresso fique refém de alguns poucos. De facto, a regulação é a única via para controlar o poder dos fortes e proteger a vulnerabilidade dos fracos.

Em Riade, no maior evento do mundo sobre a IA, sob uma perspectiva ética, só estavam os que publicamente assumem a necessidade de regulação, não só como meio de protecção e /ou mitigação dos riscos, mas também como base sólida para a cooperação global, sem a qual a governança ética se mantém adiada na actual competição tecnológica. Foi neste contexto que mais de 57 países, em 160 intervenções, distribuídas por 52 sessões temáticas, seguidas por mais de 6 mil participantes, insistiram em afirmar que: é tempo de passar do consenso em torno dos princípios teóricos estruturantes, para a efectivação de uma capacidade prática em todos os países, de traduzir os princípios éticos globais (enunciados nas recomendações da UNESCO

de 2021) numa implementação também global, evidenciando como estes princípios podem fazer parte das legislações e das políticas, devendo a UNESCO investir não apenas em mais orientação, mas sobretudo em maior capacitação.

Esta opção permite e é potencializada pelo reforço da cooperação internacional, entre países que se encontram em fases de desenvolvimento distintas, a qual terá de ser prática, inclusiva, solidária, respeitadora das diferenças, fomentando a confiança. As exigências que se colocam à cooperação não são apenas técnicas, mas também éticas, sendo um risco desenvolver a tecnologia sem ética.

Este processo vai construindo uma governança global, uma plataforma comum de entendimento e confiança como base para um crescimento partilhado, respeitadora da autonomia dos Estados, sendo que os países menos desenvolvidos não podem ser tomados por meros consumidores.

Falta agora sentar à mesma mesa inovadores, impulsionadores e entidades financiadoras da IA, aproveitando a “pausa” ou a “desaceleração” a que publicamente apelaram independentemente das razões ocultas e tomá-la como oportunidade para avançar para uma qualquer forma de auto-regulação precursora da hétero-regulação que se impõe.